

Ações contra tentativa de cercear a imprensa

Para representantes de meios de comunicação, proposta do governo põe em risco a liberdade de expressão

Tatiana Farah

• SÃO PAULO. Em reunião ontem na Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio), dirigentes da Associação Nacional de Jornais (ANJ), da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e TV (Abert) e da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner) discutiram com empresários a possibilidade de ingressar no Supremo Tribunal Federal contra a terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), considerado inconstitucional por elas.

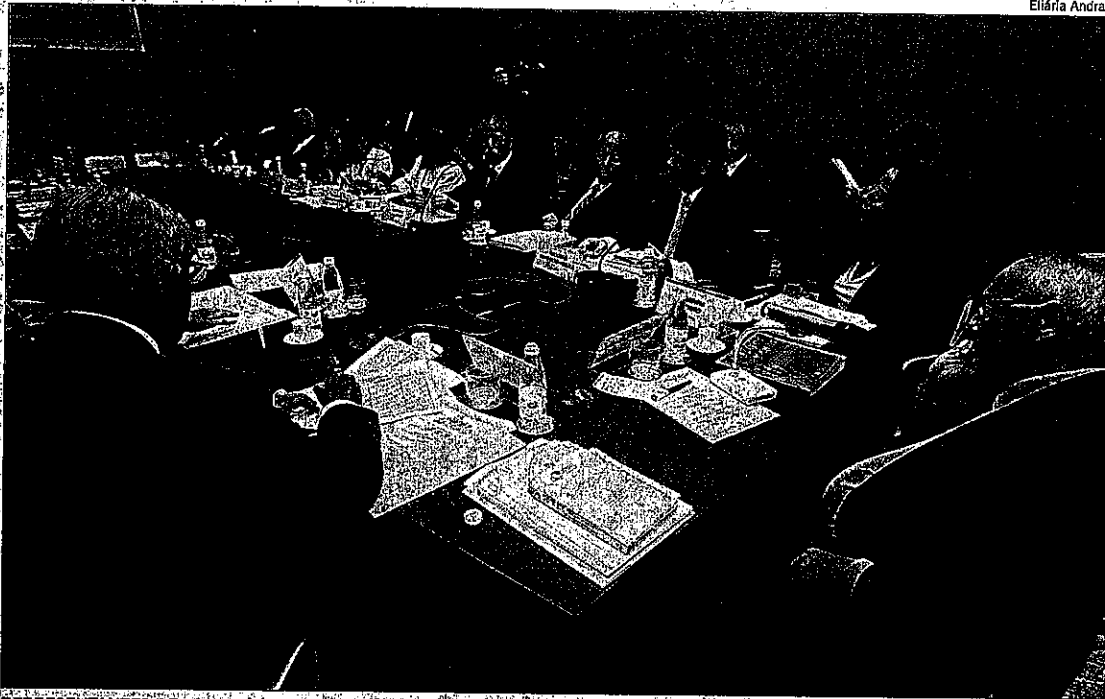
Para os representantes dos meios de comunicação, o plano colocaria em risco a liberdade de imprensa ao tentar impor mecanismos de controle à mídia. A presidente da ANJ, Maria Judith Brito, chamou a proposta do governo de excrecência.

— Esse programa parece um samba do crioulo doído. Com o pano de fundo dos direitos humanos, tenta, praticamente, abarcar todos os setores, censurar todos os âmbitos da vida nacional — disse a presidente da ANJ e diretora-superintendente da empresa Folha da Manhã.

“Este é o momento de acirrar nossas manifestações”

Judith Brito afirmou que o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, já manifestou a possibilidade de modificar os artigos que dizem respeito à imprensa, além dos já anunciados, como a questão da descriminalização do aborto.

— Ele disse que não está fechado a fazer reparos, inclusive, em comunicações. Então este é o momento para acirrar ainda mais nossas manifestações para que, de fato, essa excrecência não tenha prosseguimento.



Eliária Andrade

“

Com o pano de fundo dos direitos humanos, (o plano) tenta, praticamente, abarcar todos os setores, censurar todos os âmbitos da vida nacional

Maria Judith Brito

Sáimos de um estado democrático de direito e fomos para um estado bolivariano

Ives Gandra Martins

REPRESENTANTES DE entidades de imprensa durante a reunião: para eles, controle social da mídia tem sido tese recorrente na pauta do governo

Segundo a presidente da ANJ, o termo “controle social da mídia”, que é destacado no plano do governo Lula, é “uma tese recorrente na pauta governamental”. Ela citou a tentativa do governo, em 2004, de criar o Conselho Federal de Jornalismo, projeto que foi arquivado diante da reação da sociedade, e, em 2005, a tentativa de criação da Ancinav para regular o setor de cinema e audiovisual.

— Talvez a mídia tenha sido a instância mais agredida ou mais sistematicamente agredida durante os dois governos do presidente Lula.

Para Judith Brito, isso ocorreria porque a imprensa incomoda o governo:

A liberdade de imprensa é um bem maior que não deve ser limitado. A esse direito geral, o contraponto é sempre a questão da responsabilidade dos meios de comunicação. E, obviamente, esses meios de comunicação estão fazendo, de fato, a posição opcionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada. E esse papel de oposição, de investigação, sem dúvida nenhuma incomoda sobremaneira o governo.

O assessor jurídico da Abert, Rodolfo Machado Moura, afirmou que a entidade não é contra todo o plano de direitos humanos, mas que há problemas no que tange à área das comunicações. Moura admitiu que o

termo “controle social da mídia” já está publicado no decreto anterior, o PNDH-2, de 2002, do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

— O plano atual, no entanto, preocupa mais. (aos meios de comunicação) não só pelas ações do governo sobre a imprensa como pelo detalhamento do que seria esse controle social — disse o advogado, mostrando pontos em que o plano se confrontaria com a legislação atual, principalmente na questão das concessões de rádio e TV.

Citando um artigo recente publicado em jornal, o presidente da Aner, Roberto Muylaert, brincou que o documento deveria “ser queimado”.

— É a maior inconsistência de um documento onde quem berro é imediatamente corrigido de acordo com o seu berro — disse Muylaert.

Presidindo a reunião, o jurista Ives Gandra Martins, presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio, comparou o PNDH-3 às constituições bolivarianas em vigor na Venezuela, na Bolívia e na Nicarágua.

— Temos a imprensa controlada de um lado e o empreendedorismo controlado de outro — disse o jurista, que completou: — Sáimos de um estado democrático de direito e fomos para um estado bolivariano.

Gandra propôs que as entidades se organizassem para in-

gressar no STF contra o decreto, contestando ponto a ponto os termos do PNDH-3. Ele também sugeriu que as críticas sejam encaminhadas ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, já que Vannuchi teria recorrido à instituição para pedir uma avaliação do plano e para saber se está em acordo com os preceitos atuais das Nações Unidas.

Ives Gandra informou ainda que haverá debate no Senado, convocado pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para questionar o jurista, que completou: — Sáimos de um estado democrático de direito e fomos para um estado bolivariano. Gandra propôs que as entidades se organizassem para in-